



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS**

HARISSON BENÍCIO DE MELO

**TRANSFORMAÇÕES E CONTRADIÇÕES DA URBANIZAÇÃO EM
JOÃO PESSOA: O LOTEAMENTO PARQUE DO SOL (GRAMAME).**

JOÃO PESSOA

2018

HARISSON BENICIO DE MELO

**TRANSFORMAÇÕES E CONTRADIÇÕES DA URBANIZAÇÃO EM JOÃO
PESSOA: O LOTEAMENTO PARQUE DO SOL (GRAMAME).**

Monografia apresentada à disciplina de
Pesquisa Geográfica da Universidade Federal
da Paraíba, como um dos pré-requisitos para
obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Faleiros de Pádua

JOÃO PESSOA

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M528t Melo, Harisson Benício de.

Transformações e Contradições da Urbanização em João
Pessoa: O loteamento Parque do Sol (Gramame). /
Harisson Benício de Melo. - João Pessoa, 2018.
60 f. : il.

Orientação: Rafael Faleiros de Padua.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCEN.

1. Urbanização. 2. Transformação do Espaço. 3. Práticas
Cotidianas. 4. Estado. 5. Segregação socioespacial. I.
Padua, Rafael Faleiros de. II. Título.

UFPB/CCEN



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GEOGRAFIA

Resolução N.04/2016/CCG/CCEN/UEPB

PARECER DO TCC

Tendo em vista que o aluno (a)
Harrison Benício de Melo


cumpriu () não cumpriu os itens da avaliação do TCC previstos no artigo 25º da
Resolução N. 04/2016/CCG/CCEN/UEPB somos de parecer (X) favorável ()
desfavorável à aprovação do TCC intitulado:

Transformações e Contradições da Urbanização em João Pessoa:
o loteamento Parque do Sol (Graeme)

Nota final obtida: 9,0


João Pessoa, 05 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA:



Professor Orientador

Professor Co-Orientador (Caso exista)



Membro Interno Obrigatório (Professor vinculado ao Curso)

Neiviana B. A. Rafael de Sá

Membro Interno ou Externo

AGRADECIMENTOS

Reservo esse espaço de agradecimento para manifestar o meu muito obrigado primeiramente ao Deus onipotente, onipresente e onisciente. Agradeço também a todos que me fizeram chegar até aqui.

Agradeço a toda minha base familiar, ao meu Pai Ronaldo Benício esse que é meu grande exemplo de vida. A minha amada avó Rosália, pois, à partir dos seus ensinamentos e dos seus gestos de carinho, me fizeram aprender o que é o amor. A minha irmã Ester que me mostra ainda nos seus gestos inocentes o quanto és linda. Aos meus tios: Severino, Joana, Rosilene e Cleide, por tudo que fizeram por mim, tenho certeza que de vocês nunca me faltou nada.

As minhas primas-irmãs, Eduarda, Beatriz e Isabela, vocês me tiram do sério mais eu amo vocês. Agradeço também a Isadora, não poderia esquecer a princesa caçula da família Benício.

A Minha linda Esposa Letícia, meu muito obrigado! Você é peça importante na minha vida. Suas ajudas, paciência, amor e carinho me ofertou calma para escrever cada linha desse trabalho. Amo você! Agradeço também a toda família Andrade, afinal, agora eu também faço parte dela.

Agradeço aos professores que fizeram parte do meu ensino básico, do fundamental ao ensino médio, todos tem um papel relevante em tudo que aprendi até aqui. Agradeço também a todos os amigos pelas escolas onde passei: Pequeno Príncipe, INSC, Aruanda e Decisão.

A todos os professores do departamento de Geociências da UFPB, meu muito obrigado. Em especial agradeço a Marcelo Moura pela oportunidade ter trabalhado no laboratório ClimaGeo - UFPB, a Antônio Carlos e Christianne Moura pelo aprendizado junto a vocês no PIBID. E falando em PIBID agradeço ao meu grande mestre José Nóbrega Diniz a esse garanto que ao longo da minha carreira profissional jamais esquecerei dos seus ensinamentos e da oportunidade que me foi dada.

Agradeço muito ao meu orientador Professor Rafael Padua, primeiro por ter aceito o convite em me orientar e segundo pela paciência e pelos ensinamentos nessa trajetória. Agradeço também ao Professor Alexandre e a Professora Nirvana por terem aceitado fazer parte da minha banca examinadora, obrigado!

Aos amigos que a UFPB, o PIBID, os Grupos de estudos e a Escola Olivina Olivia me propiciaram, em especial nesse seleto grupo aos bons amigos da turma de Geografia UFPB 2014.1, levarei os verdadeiros amigos por toda vida, meu muito obrigado a cada um de vocês.

Agradeço demais aos meus grandes amigos da vida, especialmente Caio e Lincoln. A você Caio eu agradeço pelo amigo irmão que você é. Agradeço também aos amigos do futebol, do Realcelona, da pelada show, dos cursinhos, dos grupos e equipes religiosas da Paróquia São Francisco de Assis, cada um de vocês faz parte das minhas alegrias diárias.

Por fim, agradeço as pessoas que não mediram esforços para me ajudar na presente pesquisa, muitos até desconhecidos, a vocês também vai o meu obrigado por cada informação e entrevista.

Enfim, é isso. Obrigado, obrigado, obrigado!

A desigualdade dos direitos é a primeira condição para que haja direitos.

Friedrich Nietzsche

RESUMO

O espaço urbano passa todos os dias por vigorosas transformações. O ponto de partida do trabalho está em compreender a produção do espaço e as contradições no processo de reprodução do espaço urbano através das práticas cotidianas. Com o processo de evolução e de consolidação das cidades no sistema capitalista de produção, se intensificaram as contradições presentes no lugar. O processo constitutivo sobre o loteamento Parque do Sol - João Pessoa nos fez refletir o espaço vivido e o processo de produção/reprodução no Parque do Sol que se baseia nas articulações do capital e do Estado, que moldam o espaço urbano através de interesses particulares. Percebeu-se no estudo que toda transformação do espaço, traz consigo características específicas sem se desprender do modelo político e econômico que rege a cidade. A construção do loteamento segue as mesmas lógicas da maioria das cidades periféricas do Nordeste do Brasil, onde o Estado age contraditoriamente aos interesses públicos. Além disso, o trabalho buscou trazer uma reflexão crítica sobre o espaço constituído como loteamento Parque do Sol e o papel dos seus agentes produtores, trazendo o processo histórico constituinte do lugar e como ocorreram as mudanças desde seu início. A evolução da urbanização no Parque do Sol vai evidenciar como esse processo tem características semelhantes às da maioria das cidades periféricas do Brasil, confirmando assim, que o papel do Estado é preponderante para a produção do espaço. Percebeu-se no decorrer do presente estudo, que apesar dos problemas apresentados no lugar, esse é fruto da realização de vida de muitas pessoas e as relações socioespaciais são de extrema importância para o entendimento da formação do lugar e das práticas cotidianas.

Palavras Chave: Urbanização; Transformação do espaço, Práticas cotidianas, Estado, Segregação socioespacial.

ABSTRACT

The urban space passes every day by vigorous transformations. The starting point of the work is to understand the production of space and the contradictions in the process of reproduction of urban space through daily practices. With the process of evolution and consolidation of cities in the capitalist system of production, the contradictions present in the place intensified. The constitutive process on the Parque do Sol - João Pessoa subdivision made us reflect the lived space and the process of production / reproduction in the Sun Park that is based on the articulations of capital and the State, which shape the urban space through particular interests. It was realized in the study that any transformation of space brings with it specific characteristics without being detached from the political and economic model that governs the city. The construction of the subdivision follows the same logic of most of the peripheral cities of the Northeast of Brazil, where the State acts contradictory to the public interests. In addition, the work sought to bring a critical reflection on the space constituted as Parque do Sol allotment and the role of its producing agents, bringing the historical process constituent of the place and how the changes occurred from the beginning. The evolution of urbanization in the Parque do Sol will show how this process has characteristics similar to those of most of the peripheral cities of Brazil, thus confirming that the role of the State is preponderant for the production of space. It was noticed in the course of the present study that despite the problems presented in the place, this is the result of the realization of life of many people and the socio-spatial relations are of extreme importance for the understanding of the formation of the place and the daily practices.

Keywords: Urbanization; Transformation of space, Daily practices, State, Socio-spatial segregation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População do bairro de Gramame.28

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização da área de Estudo – Bairro Gramame, João Pessoa – PB 16

Mapa 2: Loteamento Parque do Sol – Bairro Gramame, João Pessoa – PB 16

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Tabela de Porcentagem da População Urbana do Brasil – 1940 a 197021

LISTA DE FOTOS

Figura 1: Fotografia área do loteamento Parque do Sol no seu início em 1998.....	27
Figura 2: Fazenda Parque Cowboy e prédios do loteamento Parque do Sol ao seu entorno.	29
Figura 3: Resquícios do Rural no bairro Gramame	29
Figura 4: Início da Construção de Prédio no Loteamento	36
Figura 5: Construção a todo vapor.....	37
Figura 6: Imagem de Satélite do Parque do Sol em 2005	37
Figura 7: Imagem de Satélite do Parque do Sol em 2017	38
Figura 8: Capital imobiliário no lugar	41
Figura 9: Rua sem calçamento no Parque do Sol	44
Figura 10: Antigo ponto final do Parque do Sol.....	45
Figura 11: Obra da UBS parada e lixo na calçada	46
Figura 12: Placa da obra sem data de início	46
Figura 13: Construção da Escola Municipal no Bairro	48
Figura 14: Parte lateral da escola que está sendo construída no loteamento	48
Figura 15: Parada de ônibus escura e sem segurança	49
Figura 16: Ocupação irregular	50
Figura 17: Igreja São José.....	53
Figura 18: Campo de Futebol como área de lazer e grande quantidade Prédios ao fundo	54
Figura 19: Estabelecimentos comerciais na Rua do Jarro	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH – Banco Nacional Da Habitação

CCEN – Centro de Ciências Exatas e da Natureza

CEHAP – Companhia Estadual De Habitação Popular

CIAGRO – Construções, Incorporações, Imobiliária e Agropecuária Ltda

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

JK - Juscelino Kubitschek

PDM – Plano Diretor Municipal

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa

SEPLAN – Secretaria de Planejamento

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVOS	15
1.2 FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS	17
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
2. UM PEQUENO RECORTE DO PROCESSO URBANIZAÇÃO: DO BRASIL À JOÃO PESSOA E A ECLOSÃO DO LOTEAMENTO PARQUE DO SOL.	20
2.1 MANGABEIRA E VALENTINA: A SUA INFLUÊNCIA PARA FORMAÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO	23
2.2 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO NO LOTEAMENTO PARQUE DO SOL	25
2.3 BREVE RELATO SOBRE A HISTÓRIA DO LOTEAMENTO PARQUE DO SOL..	26
3. O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	32
3.1 PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	33
3.2 CRESCIMENTO IMOBILIÁRIO E O ESTADO	35
3.3 ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA.....	39
4. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO LUGAR.....	42
4.1 PROBLEMAS APRESENTADOS PELO PARQUE DO SOL	44
5. AS PRÁTICAS COTIDIANAS NO LOTEAMENTO PARQUE DO SOL.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

1. INTRODUÇÃO

A produção do espaço social se baseia na lógica capitalista de produção. O Parque do Sol é um espaço social que se constituiu através das singularidades que a zona sul da cidade de João Pessoa apresenta. No local, o processo de urbanização aconteceu de maneira recente, porém, intensa. Ao buscarmos tratar sobre a urbanização, procuramos entender um pouco quais são as principais características do processo de urbanização no Brasil e consequentemente na cidade de João Pessoa.

A partir desse contexto o presente estudo chegará ao entendimento que a configuração territorial do espaço Parque do Sol, vai se estruturar semelhante ao processo de urbanização de muitas cidades do Nordeste do Brasil. Apesar de o Brasil ser um país com mais de 500 anos, o processo de urbanização só veio acontecer efetivamente no século XX, ou seja, o processo acontece de maneira acelerada no país. O presente trabalho poderá relatar sobre o rápido crescimento urbano verificado nos últimos anos especificamente no loteamento Parque do Sol, situado no bairro de Gramame, zona sul da cidade de João Pessoa/PB.

A zona sul da cidade de João Pessoa vem sendo objeto de vários estudos na área da geografia urbana nessas últimas décadas, devido às rápidas mudanças que o espaço urbano vem passando. A produção do espaço urbano nos fará compreender o processo constitutivo da cidade e como a formação socioespacial molda as características do local.

As ações do Estado através das políticas públicas tem um papel importante na formação das cidades, bairros e loteamentos. O Estado deve se responsabilizar pela estruturação do lugar e o bem estar social da população. As ações do capital são agentes importantes para compreensão do processo de produção do espaço social. Além disso, gestos do capital imobiliário em bairros vizinhos terão influência nas ações do Estado no local, pois, o Estado possui suas políticas voltadas a lógica do mercado imobiliário.

O Estado enquanto agente regulador e agente produtor do espaço trabalha cada vez mais segregando a população mais carente da cidade de João Pessoa. Os problemas urbanos ficam claros e evidentes nas áreas segregadas, a falta dos serviços essenciais para realização de vida são em quase sua totalidade deficitários.

O bairro de Gramame, há 20 anos era um espaço quase em sua totalidade rural, no decorrer do trabalho poderá ser visto que seu processo de transformação caracterizou o bairro

como urbano, com vestígios do rural. É notório que através dessas particularidades, o lugar passou a ter novas relações sociais, pois, essas mudanças ou transformações acarretaram impactos na vida da população que no decorrer dos anos cresceu e junto a esse crescimento ocasionaram consequências na produção do espaço e no plano do vivido.

Pensar o espaço e a formação socioespacial da cidade se fez necessário refletir quais as políticas públicas urbanas que foram e são executadas no lugar e se as mesmas melhoram concretamente a vida das pessoas. Através da análise das políticas públicas podemos refletir se o Plano Diretor Municipal traduz-se como um ponto necessário para melhorias de vida na sociedade urbana. E questionaremos: Será que o Plano Diretor da cidade se efetiva ou ele é apenas um instrumento utilizado para negociação do processo de urbanização?

O trabalho buscou analisar como a população vive o lugar e o espaço, fazendo um recorte espaço temporal, para assim compreender também qual o papel do Estado na instauração de equipamentos básicos de infraestrutura: Instalação de escolas, creches, postos de saúde, postos segurança e transportes públicos que através de uma análise preliminar já se notava que eram serviços precários.

Trabalhar a produção do espaço, as ações do Estado e as políticas públicas, remeterá a pensar os problemas do lugar e as ações cotidianas no plano do vivido. É importante debater no presente trabalho o que seria o direito mínimo à cidade e pensar o bairro como um lugar de realização plena da vida. Assim refletiremos sobre o processo de apropriação do espaço, por meio do seu uso e como este pode ser pensado de forma efetiva nos atos cotidianos.

Os atos cotidianos devem ser trabalhados, pois, são nas ações do vivido que o lugar é produzido, seguindo a lógica do capital e suas contradições. É de grande importância entender “o espaço” e assim compreender como a gestão da cidade por parte do Estado dá estruturação à população. Pensar quais condições de vida e como são os serviços essenciais no loteamento parque do Sol. Questionar se a população “vive” naquela localidade? Será que as mesmas pessoas possuem os seus direitos assegurados? E por fim, é importante perguntar se o local constitui-se como lugar de realização da vida.

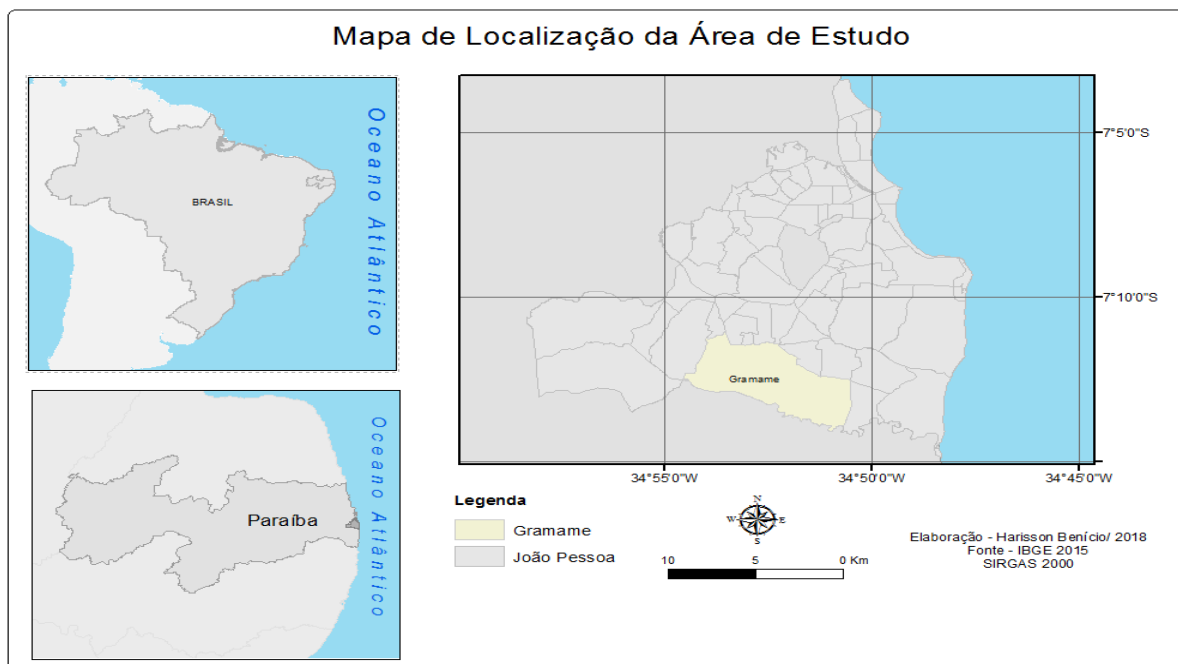
1.1 OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo estudar o processo de urbanização no loteamento Parque do Sol à partir da análise do cotidiano e do papel do Estado na formação

do lugar. Onde o Estado se insere como agente que segrega os grupos sociais de acordo com os interesses da acumulação econômica.

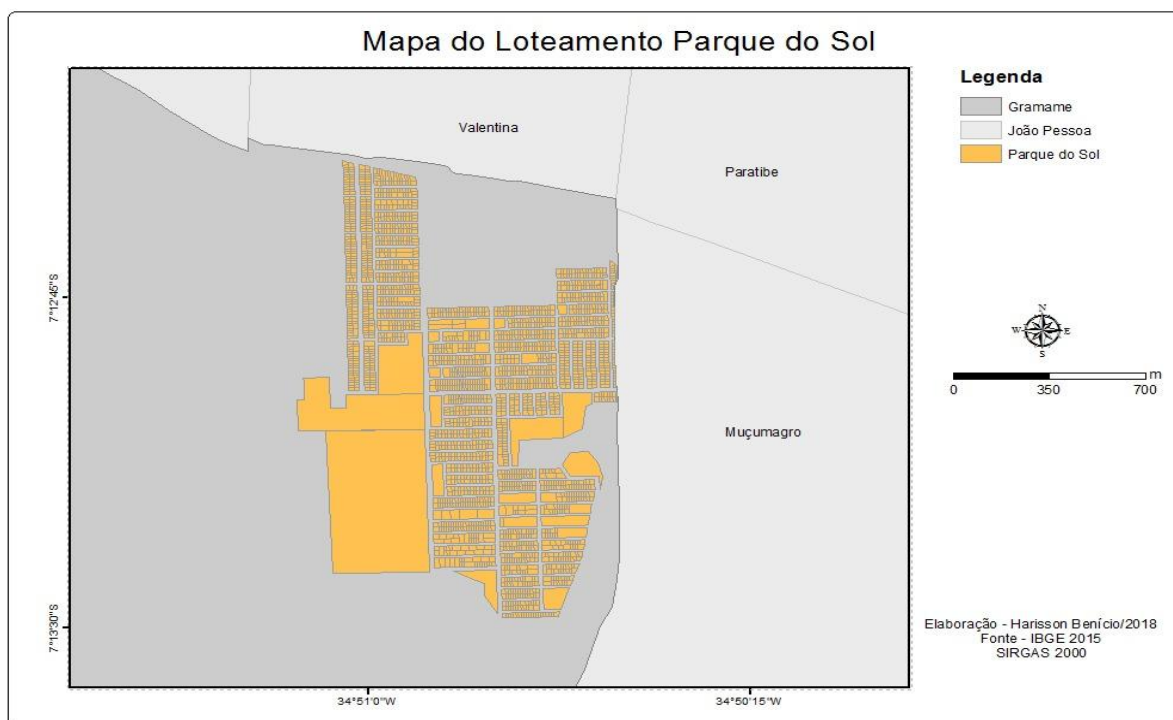
Veja nos mapas abaixo onde o localiza-se a área de estudo, loteamento Parque do Sol:

Mapa 1: Localização da área de Estudo – Bairro Gramame, João Pessoa – PB



Elab. Harisson Benício (2018). Fonte: IBGE

Mapa 2: Loteamento Parque do Sol – Bairro Gramame, João Pessoa – PB



Elab. Harisson Benício, 2018. Fonte IBGE e SEPLAN-PMJP (2015)

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a formação do loteamento Parque do Sol e as suas contradições.
- Discutir a formação do lugar e o processo de produção/ reprodução do espaço nos atos do cotidiano.
- Compreender o papel do Estado, junto ao processo de produção e estruturação do espaço urbano.
- Questionar se o Plano Diretor da cidade de João Pessoa vem sendo executado no bairro e entender sua importância no regimento da cidade.
- Examinar a vida urbana no loteamento e a realização da vida plena na cidade, onde se faz imprescindível discutir as práticas cotidianas.

1.2 FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS

A metodologia de investigação a ser utilizada se baseará no materialismo histórico dialético, que tem como precursor Karl Marx e Friedrich Engels. As bases que ajudam a fundamentar o projeto são de autores que pensam o espaço através do processo historicamente produzido pelo homem e suas relações sociais. Dessa forma, buscaremos refletir sobre o espaço que é transformado através das ações, conflitos e contradições da sociedade.

Henri Lefebvre, grande filósofo cujas ideias orientam a presente pesquisa por pensar de maneira concreta a vida urbana, ele resgata o princípio fundamental da teoria de Marx, que enfatizava o homem como sujeito da sua história (Lefebvre 1970, 1974, 1980, 2004, 2011). Lefebvre (1974) define três momentos na produção social do espaço: o espaço concebido; o espaço vivido; e o espaço percebido. A sociedade é uma realidade histórica evidente, sujeita às determinações, para Lefebvre o espaço é considerado como historicamente produzido pelo homem à medida que organiza política e economicamente a sua sociedade.

Ana Fani Alessandri Carlos retoma suas reflexões sobre a cidade e o urbano, propondo novas e instigantes análises a respeito do lugar e do espaço. Essa possui uma linha de pesquisa que segue as ideias de Lefebvre onde busca compreender os contextos que envolvem a realidade vivida e o papel dos agentes que moldam a sociedade, essa autora tem dado uma grande contribuição para a Geografia urbana no Brasil. (Carlos, 1994, 2007, 2011) debate a reprodução do espaço, práticas socioespaciais e a lógica capitalista de produção, que serão temas constantemente tratados nesse trabalho.

Milton Santos descreve em suas obras que o espaço pode ser compreendido como sendo “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, onde tudo está entrelaçado”. Santos (1978) definiu que o conceito de espaço é central e deve ser compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções.

“O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. (Santos, 1978 p.122). Milton Santos afirma que há uma organização social, um arranjo do espaço, de acordo com os interesses e necessidades de cada grupo, dessa forma surge novos lugares.

Dessa forma e a partir desses autores é necessário pensar as relações sociais no mundo contemporâneo, como se forma o espaço urbano e as contradições do modo capitalista de produção.

Será através desses autores, que o presente estudo buscará entender como aconteceu o processo de produção e reprodução no loteamento Parque do Sol e quais são os agentes que regem a dinâmica socioespacial.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No tocante aos procedimentos metodológicos, afirmamos que para o exercício da pesquisa científica geográfica, nesse estudo, utilizou-se a combinação de procedimentos como: levantamento bibliográfico/documental, o trabalho de campo, conversas informais os quais permeiam o presente trabalho. Na fase inicial, selecionamos e sistematizamos melhor as referências bibliográficas, atinentes à nossa problemática, onde as bibliotecas Central UFPB e Setorial do CCEN, foram de fundamentais importâncias na busca das referências, bem como acessamos alguns sítios eletrônicos oficiais e não oficiais, objetivando a obtenção de maiores informações sobre formação do espaço urbano no Parque do Sol. Fizemos também buscas sobre a legislação urbana, bem como a seleção de textos acadêmicos e recolhimento dos dados secundários.

Após esse processo fomos à campo, para melhor analisar o espaço a ser estudado e descrever a paisagem através do olhar do pesquisador: observação orientada pela experiência e pelo olhar informado pela teoria, com vistas a captar o real a partir do visível (Lefebvre,

1970) para assim em um novo momento organizar-se para conversas informais com moradores do local com diálogos que nortearam a presente pesquisa.

A opinião dos moradores sobre o bairro a ser estudado foi de suma importância para a pesquisa e o pesquisador, pois, trouxe um elo entre teoria e prática na compreensão do construído e do vivido. Com a realização da “análise visual” do lugar e realização de conversas informais iniciou-se um aprofundamento na produção textual para descrever claramente como o lugar se realiza, lugar esse fruto da construção humana.

Os últimos momentos da pesquisa foram determinados pela elaboração textual final, a elaboração de mapas temáticos, busca por imagens aéreas e fotografias históricas do lugar estudado, onde foram importantes alguns dados da SEPLAN – PMJP.

Por fim, foi feita a elaboração de mapas temáticos, onde o mapa vai mostrar a área de trabalho da presente pesquisa. Depois da elaboração do mapa do Parque do Sol no bairro Gramame, fizemos no momento final a revisão bibliográfica e textual do trabalho produzido.

2. UM PEQUENO RECORTE DO PROCESSO URBANIZAÇÃO: DO BRASIL À JOÃO PESSOA E A ECLOSÃO DO LOTEAMENTO PARQUE DO SOL.

No Brasil o processo de urbanização inicia-se a partir de 1930 com o governo de Getúlio Vargas, esse momento está diretamente atrelado ao início do processo de industrialização do País. À partir desse processo a população que vivia em sua grande parte na área rural, devido as atividades do campo, agora passam a buscar novos postos de trabalho na indústria que instalava-se no país.

O processo de industrialização, que laborou como um dos principais fatores para o deslocamento da população da área rural em direção a área urbana trouxe também mudanças no sistema econômico do Brasil, pois, acarretou a mudança de um modelo agrário para um modelo urbano-industrial e será esse modelo que vai reger a sociedade moderna. Tratando sobre essa transição na história podemos citar o que fala Henri Lefebvre sobre épocas da história humana, afirmando que:

A história humana está dividida em três campos, épocas ou camadas: o rural, o industrial e o urbano. Esses campos são caracterizados por duas fases críticas: a primeira é a subordinação da agricultura à indústria e a segunda, que vivemos hoje, é a subordinação da indústria à urbanização. Cria como hipótese a urbanização completa da sociedade e adverte que denominará “sociedade urbana” a sociedade que resulta da urbanização completa. (LEFEBVRE, 2004, p.178)

Desse modo, verifica-se um processo de subordinação do Governo de Juscelino Kubistchek (JK) na década de 1950, o Brasil continua o seu processo de industrialização iniciado com Getúlio Vargas e que vai culminar com a chamada urbanização. Com o governo de JK há uma atuação forte do Estado e de empresas que naquele momento passaram a entrar no Brasil e usufruir de sua mão de obra. O governo pregava naquele momento que a mecanização da agricultura aumentaria a produção e geraria maiores safras. A entrada das indústrias na cidade geraria “renda” e melhoria de vida, como se todo esse processo de industrialização e conseqüentemente de urbanização só trouxesse benefícios. O que não ficou claro é que as ações do capital trariam duras conseqüências para uma população brasileira que ao longo de sua história já sofria com processos geradores de desigualdade.

Nesse momento, a segregação urbana torna-se cada vez mais forte para a população, busca por postos de trabalho e melhores condições de vida na cidade era a principal razão para migração da população do campo para a cidade, isso acontecia porque, o campo estava

“expulsando” a população com a concentração fundiária e a mecanização do campo. Sobre essas questões Kubitschek afirma que:

A introdução de técnicas mais aprimoradas de lavoura e de pecuária, a mecanização, a adubagem, a irrigação e os processos científicos de seleção e defesa sanitária das plantas e animais conduzem a melhores safras e tendem a reduzir o volume de mão de obra correspondente a uma determinada produção. Cria-se, em consequência, um excedente de população, que fica disponível para outras atividades. Só a industrialização poderá absorver esse excedente, proporcionando-lhe trabalho e novas oportunidades para melhoria de seu padrão de vida. O êxodo rural será um sintoma de progresso se tiver como causa real um aumento de produtividade da agricultura, paralelo a uma demanda correspondente de trabalho nas indústrias e serviços urbanos. (KUBITSCHKEK, 1955 p. 125).

Até 1950/1960 a população do País, segundo dados do IBGE, ainda era em sua grande maioria rural, mas, os dados também mostravam que mesmo com a população ainda sendo de grande parte rural, era notório que a população urbana começava a crescer em grande escala. Mas não era só a indústria que estava ocasionando aquele êxodo-rural, era também a grande concentração fundiária e a chegada de máquinas ao campo, que estava levando a população do campo a buscar a sua sobrevivência e assim buscar novos meios. Veja na tabela abaixo como cresceu a população urbana no Brasil da década de 40 a 70:

Tabela 1: Tabela de Porcentagem da População Urbana do Brasil – 1940 a 1970

Região	1940	1950	1960	1970
Brasil	31,24	36,16	44,67	55,92
Norte	27,75	31,49	37,38	45,13
Nordeste	23,42	26,4	33,89	41,81
Sudeste	39,42	47,55	57	72,68
Sul	27,73	29,5	37,1	44,27
Centro Oeste	21,52	24,38	34,22	48,04

Fonte: IBGE. Org. Harisson Benício

Desse modo há um grande salto da população urbana de 1940 a 1970 quando efetivamente a partir de 1970, a população urbana no Brasil agora é maior do que a do campo, tudo isso alavancado pela região sudeste, onde o processo de industrialização acendeu nesse processo de transição.

Percebe-se através da tabela, que o Nordeste é a região brasileira que menos tinha população urbana até a década de 1970, o que justifica o atraso também em processos urbanos nas cidades da região e conseqüentemente em João Pessoa.

É a partir desse período que traremos um breve estudo sobre a história da urbanização da cidade de João Pessoa/Paraíba, e o que esse processo vai trazer de conseqüências à Zona Sul da cidade.

Cada local da cidade de João Pessoa possui as suas especificidades, há conjuntos habitacionais entregues pela política do BNH (Banco Nacional de Habitação), conjuntos que são frutos de áreas loteadas e financiadas pelo Governo Federal através do programa “MINHA CASA, MINHA VIDA” e ainda áreas que são resultantes das ocupações, ou seja, as chamadas favelas. Para entender o processo de urbanização, precisa-se compreender como o capital se reproduz efetivamente em cada local.

Tratando-se da cidade de João Pessoa que na década de 1910 ainda chamava-se Parahyba e estava toda concentrada na região hoje chamada de centro. Com o tempo permitiu-se a expansão da cidade em direção ao leste e ao sul. Posteriormente com a cidade já denominada como João Pessoa, a partir da década de 1930, a cidade corre em direção às praias num crescente processo de urbanização que se estende até os dias atuais.

A Cidade de João Pessoa, apesar de ser uma das mais antigas do Brasil, pois foi fundada em 5 de agosto de 1585, já sob o nome de Cidade Real de Nossa Senhora das Neves, só passa a ter seu real crescimento urbano efetivamente séculos depois, especificamente à partir de 1940/1950. Maia (2000) afirma que:

Nas décadas de 1940 e 1950, nota-se a expansão da cidade em direção ao leste, com a abertura e pavimentação da Avenida Epitácio Pessoa, que liga o centro de João Pessoa à praia; em direção sudeste, com o prolongamento da Avenida Pedro II; e a absorção do povoado de Cruz das Armas com abertura da Avenida Cruz das Armas, que constituiu importante via de acesso em direção a Recife – PE (MAIA, 2000 p. 113-114).

Logo após essas obras importantes, há um marco na descentralização da cidade, que até aquele momento tudo se baseava no centro da cidade ou o chamado atualmente de centro antigo e na região onde fica o bairro do Varadouro. Em 1960, é construído o campus da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e criado o Distrito Industrial, intensificando a expansão da malha urbana para a região sul da cidade de João Pessoa.

A partir de 1960, a expansão urbana se acelerou com a construção de conjuntos habitacionais pelo Governo Federal, através da política habitacional nacional. Nas décadas de 1960 e 1970 essa política foi responsável pela construção de conjuntos habitacionais na periferia das cidades e teve papel importante na ocupação dos espaços urbanos.

Maia (2000) fala que os novos espaços foram criados, pois, iniciou-se a construção dos novos conjuntos, o conjunto Habitacional Castelo Branco em 1969, localizado próximo ao campus da UFPB. Em seguida foram construídos: o Conjunto dos Bancários (1980), o Conjunto Mangabeira (1983), o Conjunto Valentina de Figueiredo (1985), o Conjunto Costa e Silva (1971), o Conjunto Ernani Sátyro (1977), o Conjunto José Américo (1978), o Conjunto Ernesto Geisel (1978), o Conjunto Cristo Redentor (1981) e o Bairro das Indústrias (1983).

Logo após as políticas habitacionais, a zona sul da cidade passa a ter um grande crescimento, pois, principalmente na década de 1980 depois da criação dos bairros de Valentina de Figueiredo e Mangabeira, ambos tidos como os mais populosos da zona sul da cidade. Essa região da cidade se expande consideravelmente, o que faz com que alguns estudos atuais já ressaltem o bairro de Mangabeira como uma nova centralidade da cidade.

A urbanização na cidade de João Pessoa, assim como grande parte das cidades do Nordeste, aconteceu de forma lenta e bem atrasada em relação às principais cidades do Sudeste do Brasil. Na década de 1970 segundo o IBGE 56% da população brasileira já vivia em área Urbana, porém, a realidade em nossa cidade é diferente e só vai mudar a partir da construção dos conjuntos habitacionais citados acima.

A cidade que antes se concentrava em bairros quase em sua totalidade na região central ou em seu entorno, passa agora a ter novos subcentros. Novas dinâmicas socioespaciais vão se estabelecer e bairros vão crescer. O exemplo desse crescimento em novos subcentros são os bairros de Mangabeira e Valentina, o primeiro que já é tido como um dos principais bairros da cidade de João Pessoa e que já é designado como uma centralidade ou subcentro da Zona Sul e o segundo segue expandindo-se para todos os lados num crescente processo de urbanização.

2.1 MANGABEIRA E VALENTINA: A SUA INFLUÊNCIA PARA FORMAÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO

Quando se trata da Zona Sul de João Pessoa, sempre perpassam pela cabeça de grande parte das pessoas, os bairros de Mangabeira e Valentina de Figueiredo. Ambos juntos chegam

a uma população de quase 100 mil habitantes segundo dados do último Censo do IBGE em 2010.

Ao longo dos anos os bairros cresceram, lógico que em proporções diferentes. Mangabeira pode ser definida como a nova centralidade da Zona Sul de João Pessoa, ou seja, é o lugar onde acontecem amplas atividades urbanas, inseridas no processo de circulação de pessoas e grande oferta de serviços para população da Zona Sul.

Compreender os bairros de Mangabeira e Valentina é de total importância para entender o processo de urbanização quando se trata da zona sul de João Pessoa, pois é quase impossível elaborar um estudo urbano dessa Região sem entender a relevância desses bairros para os loteamentos que se instauraram nas suas proximidades. Esses bairros desempenham um papel importante para reflexão da atual pesquisa, onde suas práticas socioespaciais vão influenciar na formação de novos espaços.

Os bairros acima fazem abarcar e desvendar os processos que constituem o espaço social e suas práticas na Zona sul da cidade. Mangabeira e Valentina ambos apresentam suas peculiaridades, assim como todo o lugar e todos os bairros da cidade João Pessoa. Os lugares possuem um conjunto de fatores que constituem a sua história. História essa que é fruto das relações sociais que se estabelecem ao longo dos anos. Silva (2000) afirma que:

Pode-se dizer que a cidade de João Pessoa é fruto da realização humana, uma criação que foi sendo moldada ao longo de um processo histórico e que ganhou materialização diferenciada, em função de determinantes históricos específicos (SILVA, 2000 p. 109).

Desse modo entende-se que o bairro de Gramame e o loteamento Parque do Sol que se instaura dentro do bairro, tiveram e tem as suas particularidades. Particularidades essas que foram moldadas pelo seu processo social e histórico. E que através de suas especificidades se adaptou devido também às mudanças, às valorizações e a lógica do mercado imobiliário em bairros vizinhos, como o caso de Mangabeira e Valentina.

Relações sociais que se estabelecem nesses locais, vão ter importância no processo de formação do loteamento Parque do Sol. Assim, os processos históricos determinam e modificam o lugar.

Os bairros próximos ao Parque do Sol tem um papel importante na formação de outros lugares, pois, os mesmos cresceram em todos os sentidos, tanto positivamente através de ofertas de serviços, quanto negativamente com problemas que trazem as desigualdades

sociais. Mangabeira e Valentina se valorizaram ao decorrer do seu processo de urbanização, além disso, ações do capital imobiliário determinaram relações que se estabeleceram no lugar.

As práticas socioespaciais trouxeram aos bairros de Mangabeira e Valentina consequências e acarretaram também no crescimento populacional na região. Esse crescimento populacional ao longo do seu processo ocasionou consequências como, por exemplo, o “empurrão” de pessoas para novos loteamentos ao seu entorno, o que acarretou também em relações e práticas socioespaciais na formação de novos espaços.

Podemos afirmar que cada lugar, cidade ou bairro possuem suas especificidades, respondendo aos processos históricos que os moldam através das ações dos agentes que atuam na sociedade. O estudo da transformação do espaço ao longo dos anos desempenha um papel imprescindível, na medida em que a pesquisa contempla a relação do lugar construído socialmente através das relações capitalistas que moldaram o meio social e os seus processos.

Pensar o lugar através das relações que acontecem no seu entorno foi fundamental para desvendar algumas questões locais, que serão debatidas em temas posteriores. Alguns problemas do Loteamento surgem na medida em que novos agentes se estabelecem no lugar. Os bairros que cercam o Loteamento moldaram e moldarão a formação do espaço e terão a importância nas relações sociais e na formação do Espaço construído e vivido.

Chegar a esse princípio de entender que os bairros vizinhos tiveram o papel importante na formação de um novo espaço e nas suas relações foi de suma importância, pois, as dinâmicas sociais que ocorrem no seu entorno, podem ser responsáveis por mudar o perfil do lugar, as características e criar novos espaços urbanos.

2.2 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO NO LOTEAMENTO PARQUE DO SOL

Estudar a cidade nos faz pensar sobre o significado do espaço. O espaço traduz um conjunto de diferenças, ou seja, é o lugar da convivência, interação, diversidade, da concomitância de padrões e de maneiras de viver a vida urbana. Pode se afirmar que o espaço é o lugar onde se estabelece as relações sociais.

Todo lugar possui a sua própria história, história a qual a sociedade poderá determinar a formação e transformação do espaço. Sobre a formação do espaço no mundo moderno Carlos (2007) afirma que:

A realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes níveis, no lugar encontramos as mesmas determinações da totalidade sem com isso eliminar-se

as particularidades, pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos da vida, os modos de apropriação expressando sua função social, seus projetos e desejos (CARLOS, 2007 p.15).

O espaço urbano pode ser definido como tudo aquilo que a sociedade produziu através do trabalho. O processo de produção do espaço é também o processo de reprodução da vida, sem a realização de vida ou a realização parcial de vida a cidade não se reproduz. Sabemos que o espaço urbano vem se transformando ao longo dos anos, essa mudança é fruto de uma sociedade capitalista desigual e excludente, que vem moldando a estrutura socioespacial das cidades ou a construção social da cidade, Carlos (2007) afirma que:

O movimento da realidade apreendido como produção socioespacial aponta o sentido da produção da sociedade que se realiza como apropriação/produção do espaço que, por sua vez, será compreendido como condição, meio e produto da realização da sociedade num movimento/momento intrínseco à reprodução social.(Carlos, 2007, p. 50)

O uso do espaço acontece seguindo uma lógica ditada pelo capital. A cidade de João Pessoa, rapidamente urbanizou-se e novos espaços tiveram que ser construídos. A cidade e o bairro seguem a dialética da sociedade capitalista, o mercado imobiliário vê em novos lugares a possibilidade de se realizar através da apropriação do espaço e da necessidade social por moradia. É através dessa lógica que surge o Loteamento Parque do Sol em Gramame.

2.3 BREVE RELATO SOBRE A HISTÓRIA DO LOTEAMENTO PARQUE DO SOL

O loteamento Parque do Sol em Gramame surge através da ação do capital em buscar novos espaços para realizar-se. Segundo a PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da SEPLAN antes de se constituir como Loteamento o Parque do Sol era uma grande fazenda (Ponta de Gramame), que foi adquirida pelo Sr. Roque Falcone, na década de 1930 e que funcionou como um engenho até o ano de 1965.

Ao pesquisarmos mais a fundo sobre a formação do Loteamento Parque do Sol, chegamos ao conhecimento da informação através da Construtora CIAGRO, construtora essa que foi responsável pela venda dos lotes iniciais no Parque do Sol, que o mesmo se constituiu a partir de 1998.

A seguir veremos uma imagem aérea obtida através do setor de Geoprocessamento da SEPLAN – PMJP, do Parque do sol, no ano de 1998, período que marca a data de início do loteamento.

Figura 1: Fotografia área do loteamento Parque do Sol no seu início em 1998.

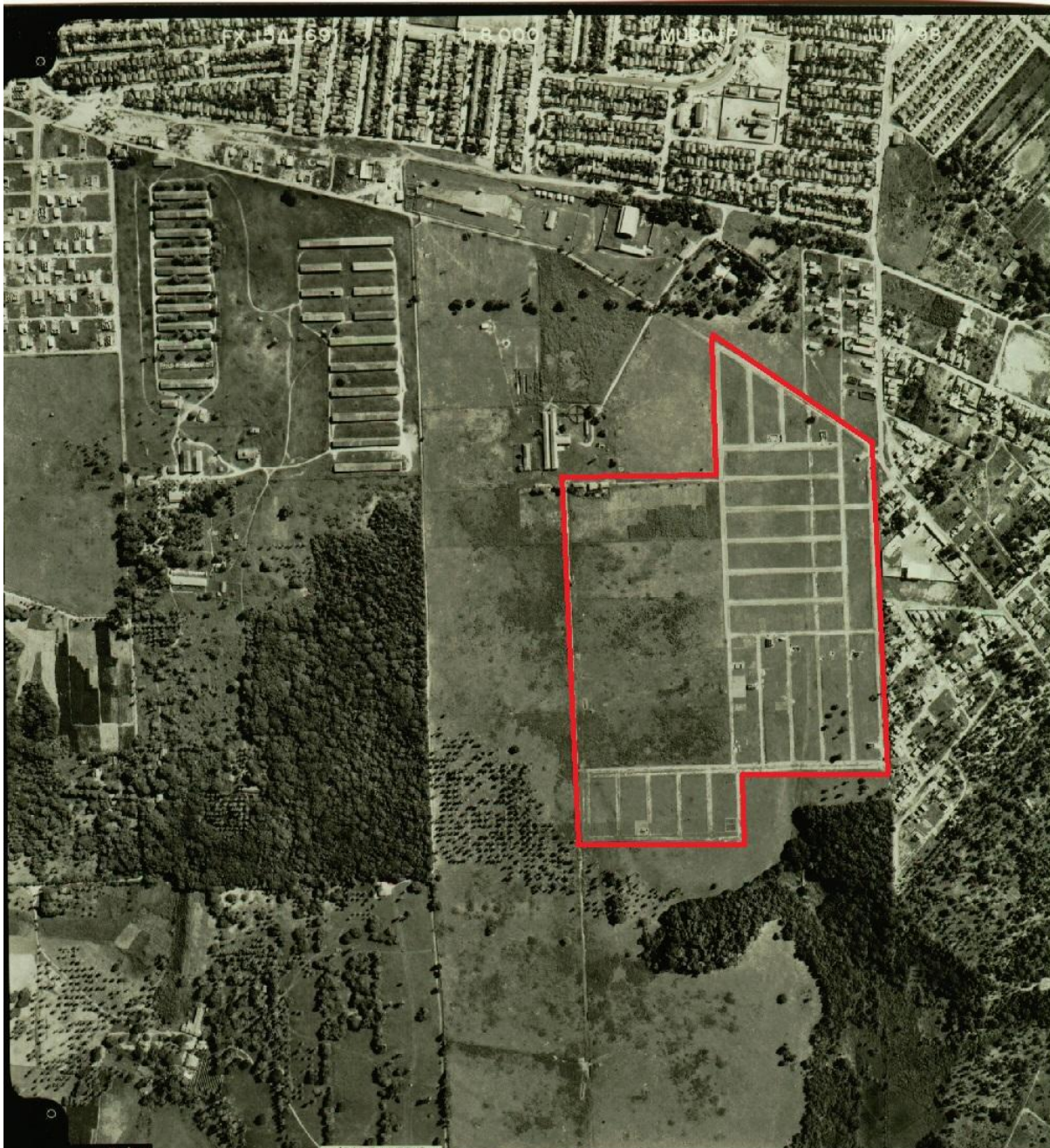
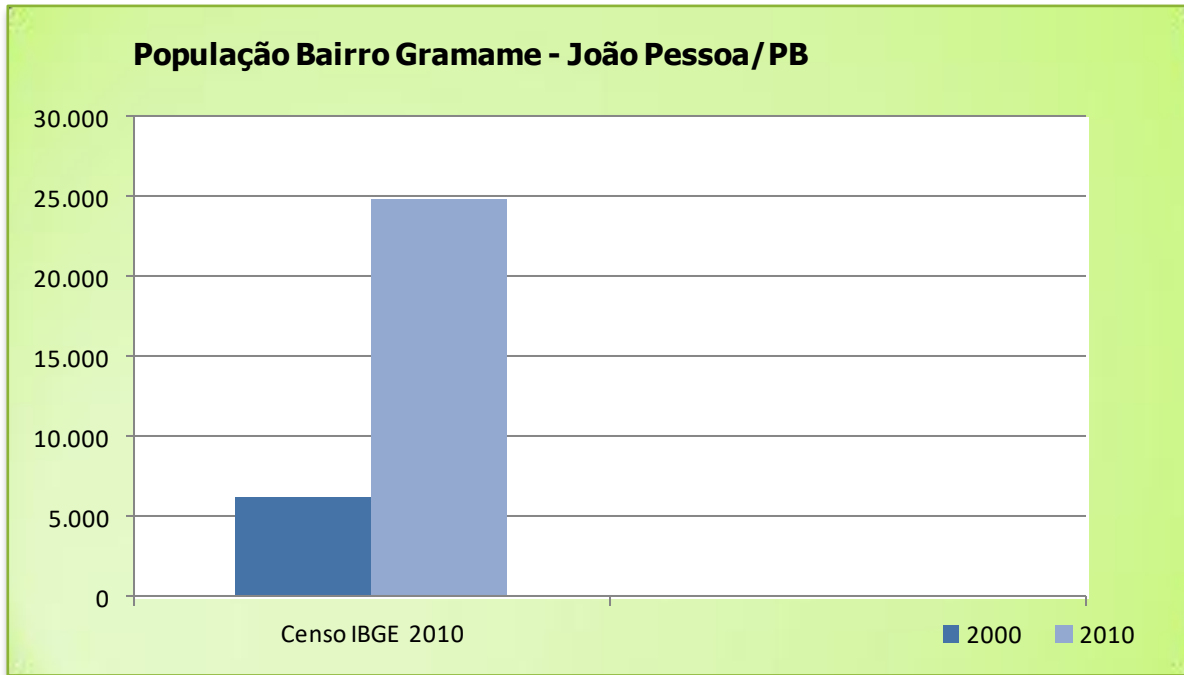


Foto: SEPLAN PMJP (1998). Org. Harisson Benício

O Parque do Sol se instaura dentro do bairro de Gramame, bairro esse que mais cresce populacionalmente nas últimas décadas segundo dados do último censo do IBGE (2010). Nos últimos anos esse crescimento está cada vez mais acentuado o que faz o bairro sofrer a todo o

momento vigorosas transformações, seja ela materiais ou imateriais. Veja abaixo um gráfico que demonstra o salto populacional do bairro em 10 anos.

Gráfico 1: População do bairro de Gramame.



Fonte: IBGE (2010) Org. Harisson Benício

Esse crescimento populacional de pouco mais de 6 mil pessoas em 2000 para aproximadamente 25 mil segundo o último censo do IBGE pode ter vários fatores. Um dos fatores para esse crescimento populacional pode ter sido induzido pela expansão urbana e a expulsão dos bairros vizinhos através dos movimentos que o capital financeiro vem executando.

O bairro de Gramame que segundo dados do IBGE, possui boa parte do seu território pertencente à malha rural da cidade. Porém esse movimento passou e passa por mudanças que evidenciam questões que poderão ser vistas nas fotos abaixo. Ou seja, a presença do rural no urbano ainda é forte ou podemos dizer o avanço do urbano sobre o rural.

Isso pode ser definido como uma característica do processo de urbanização no Brasil que tem na sua essência a herança e resquícios do rural na cidade.

Veja nas fotos abaixo esses atributos:

Figura 2: Fazenda Parque Cowboy e prédios do loteamento Parque do Sol ao seu entorno.



Foto: Harisson Benício (2018)

Figura 3: Resquícios do Rural no bairro Gramame



Foto: Harisson Benício (2018)

As figuras 2 e 3 evidenciam as transformações do espaço ao longo das últimas décadas. As características do lugar se modificaram de acordo com as relações sociais que se estabeleceram. Segundo Lefebvre: “Com o espraiamento e desenvolvimento do capitalismo, do monopolismo ao sistema financeiro globalizado, a cidade também acompanhou e se reinventou constantemente” (LEFEBVRE, 2008).

Desse modo a cidade vai se modificando, cidade que se realiza através do capital e que pelo seu processo de transformação agora se sobrepõe sobre o campo, surgindo serviços que caracterizam aquele lugar como uma área urbana. Com a instalação dos equipamentos urbanos e das unidades habitacionais, a malha urbana da cidade foi se expandindo sob as áreas rurais. Maia (2000) afirma que: Essa ampliação configura uma das mais representativas materializações da expressão “a cidade vai engolindo o campo” (Maia 2000, p. 117).

Entende-se a formação do espaço urbano como produto das relações sociais ao longo do tempo histórico, ao mesmo tempo em que essas relações ao longo do tempo transformam o espaço constantemente. A produção capitalista do espaço traz contradições que só essa lógica o faz, o espaço (fruto da produção social) que ao longo do tempo será tratado como mercadoria.

Com a transformação recente, percebe-se que o acesso aos serviços de infraestrutura básicos no local ainda são escassos, além disso, há uma grande exposição à violência, difícil acesso às escolas, postos de saúde, transporte público e lazer, o que faz com que o Parque do Sol seja um espaço bastante segregado.

O lugar, mesmo tendo completado duas décadas, ainda apresenta problemas devidos também ao seu curto período de vida urbana. Mas essas questões específicas que acontecem no bairro serão debatidas no decorrer do trabalho.

O processo de produção do espaço urbano baseia-se, de um lado, nas possibilidades de articulação entre formas de uso e pelo conflito de interesses que orientam as ações do Estado. É possível se verificar no Parque do Sol vários aspectos em comum com os bairros mais periféricos da cidade de João Pessoa, as contradições são evidentes como em toda sociedade capitalista, a segregação socioespacial é forte e bem visível, a falta de equipamentos básicos é significativa e tudo isso é resultante da falta de políticas públicas efetivas que melhorem a vida das pessoas.

Os lugares, que são regidas pelo modo capitalista de produção, possuem efeitos sociais em sua grande maioria bem semelhantes, ou seja, segregação acentuada e grandes desigualdades sociais. É de grande percepção que a lógica das sociedades capitalistas possui contradições, o que faz ser importante entender essa dialética.

Os bairros que fazem ou moldam as cidades possuem como suas principais características elementos ou composições que fazem parte da sua história. O Parque do Sol possui traços que são resultantes do seu processo de construção socioespacial, como falado anteriormente, mas é relevante também debater algumas questões para entender esse loteamento que está instalado em uma das regiões que mais crescem na zona sul da capital paraibana.

Para compreender o Parque do Sol hoje é de grande importância abranger como a gestão da cidade oferece estruturação à população, pensar o local como o lugar de realização da vida das pessoas e também buscar refletir o papel do Estado capitalista na vida delas.

Sabe-se que na produção capitalista do espaço, o Estado trabalha em duas lógicas: Como Estado regulador e Estado segregador, ambos ao mesmo tempo. Ou seja, é a contradição na lógica de produção capitalista que passa pela atuação do Estado para se realizar.

Para refletir a formação do bairro, buscamos entender quais condições de vida e como são ofertados os serviços essenciais no loteamento parque do Sol. Fez-se imprescindível compreender a lógica da produção capitalista do espaço.

Será que atualmente a população “vive” (no sentido de se realizar) naquela localidade? Será que as mesmas pessoas possuem os seus direitos assegurados, através do que fala a constituição Brasileira?

Respondendo as essas duas colocações através de alguns relatos de moradores do local, podemos então afirmar que há uma realização parcial da vida naquele lugar. Além disso, podemos assegurar que alguns direitos básicos são assegurados mesmo que não sejam de qualidade. Ouvimos também de vários moradores que o lugar não se instaura apenas com estruturação negativa, aos poucos políticas públicas vão sendo executadas parcialmente no lugar, mas essas problemáticas serão debatidas no decorrer do presente estudo.

3. O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas podem ser definidas como um conjunto de ações ou programas que visem melhorar a vida das pessoas. Podem também ser definidas como programas de Estado que visam seguir o que assegura a nossa constituição, visando o direito de cidadania digna a todos. A vida humana requer que existam Leis que venham a proteger o bem estar social, buscando satisfazer os direitos mínimos necessários para a população.

Tratar sobre as políticas públicas e o Estado requer pensar também que as cidades se expandem a cada dia para todos os lados e o “direito a cidade” parece se limitar apenas a quem tem condições de pagar. Sabemos que o direito a cidade está na apropriação plena do espaço e nas conquistas da sociedade. Desse modo colocamos a seguinte questão: Como o Estado produz o espaço e como as políticas públicas se efetivam na vida das pessoas?

Ao pensarmos e nos depararmos que o bairro de Gramame é o que mais cresce populacionalmente segundo o último censo do IBGE(2010), na teoria o Estado buscaria efetivar políticas que dessem condições a uma região que se acende em todos os quesitos, seja no número de pessoas, busca por serviços básicos ou também pelo crescimento imobiliário. Porém, fica claro que o Estado efetiva aquilo que está nos interesses particulares do capital, mesmo que esses interesses sejam contra o que diz a Constituição Brasileira.

Nossa Constituição de 1988 tem como objetivo principal assegurar o Estado Democrático e os direitos básicos ao cidadão brasileiro. Em suma a Constituição de 1988 elaborada pelos chamados “representantes do povo” fala em seu texto que:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias. BRASIL (1988 s/p).

A política possui vários significados. Em uma das definições podemos resumir como o ato de governar. A ação do Estado requer também criar políticas que assegurem direitos e melhorem a vida das pessoas. A política Urbana através do Estatuto das Cidades foi criada como uma forma de assegurar e garantir o bem estar social de seus habitantes, além disso, ela instituiu o principal documento da política de desenvolvimento urbano que é o chamado Plano Diretor.

3.1 PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Através do instrumento da política de desenvolvimento urbano Lei N° 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). O Estatuto da Cidade é a regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, onde o Estatuto da cidade regulamenta o Plano Diretor das cidades. O Plano Diretor é obrigatório para as cidades com mais de 20 mil habitantes e cidades com potencial turístico mesmo que a população seja inferior a 20 mil habitantes. Esse plano servirá para planejar a cidade e dá estruturação a gestão da cidade.

Para planejar a cidade através de políticas públicas devemos pensar o processo constitutivo da cidade, através da política e do Estado. O Plano Diretor das cidades é, ou deveria ser, um dos principais meios para assegurar os direitos básicos à população.

Se pudéssemos definir o Plano Diretor de maneira mais técnica sem pensar no seu papel concreto, poderíamos dizer que o Plano Diretor nada mais é que um instrumento feito para dirigir o desenvolvimento do Município nos seus aspectos econômico, físico e social. Porém, na lógica capitalista desigual e excludente se faz quase impossível pensar esse instrumento como um meio de assegurar os direitos básicos à população.

Ao falarmos do Plano Diretor das cidades, traremos o debate para uma escala local. O Plano Diretor da cidade de João Pessoa (2009), nos capítulos sobre seus objetivos e diretrizes fala no seu art 1° e 2° que:

Art. 1°. A política de desenvolvimento urbano do Município de João Pessoa seguirá as normas estabelecidas em seu Plano Diretor, considerado instrumento estratégico para orientar o desempenho dos agentes públicos e privados na produção e gestão do espaço urbano.

Art. 2°. O Plano Diretor tem como objetivo assegurar o desenvolvimento integrado das funções sociais da cidade, garantir o uso socialmente justo da propriedade e do solo urbano e preservar, em todo o seu território, os bens culturais, o meio ambiente e promover o bem estar da população.

É necessário compreender o papel do Plano Diretor da cidade de João Pessoa. Está claro ao nos depararmos pelas ruas do Loteamento Parque do Sol que o mesmo, é apenas mais um documento. É notório que o instrumento não vem sendo cumprido pelos órgãos públicos competentes e o não cumprimento do Plano não é exclusividade apenas a esse loteamento e sim a grande parte da cidade.

O plano tem como objetivo nortear o desenvolvimento pretendido, e nele, fala que a participação popular é importante e legítima. No capítulo I, artigo 3º parágrafo XIII assegura que:

gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. (p.2)

Na realização das plenárias populares, que é assegurada pelo PDM (Plano diretor Municipal), os agentes são ouvidos ou deveriam ser. Mas será que a população realmente é atendida e ouvida, quando se trata das políticas públicas que melhorem efetivamente a vida dessas pessoas?

Muitas vezes quando se fala em ouvir as pessoas, não se pensa em um contexto no qual a vida só se realiza com a execução integral dos direitos básicos necessários. O Estado através da efetivação das leis deveria pelo menos assegurar e defender a “vontade geral” e não muitas vezes orientar onde devem ser executadas as obras para a população. Essa é uma das contradições apresentadas quando se trata das plenárias populares que o Estado executa.

Quando passamos a tratar dos direitos básicos pensamos nos equipamentos de infraestrutura que, perante a lei são um direito de todo e qualquer cidadão. O plano Diretor de João Pessoa em um dos seus artigos, afirma que o plano tem como objetivo promover o bem estar da sua população.

Além do Plano Diretor, a Constituição Brasileira fala no seu capítulo II art. 6º dos direitos sociais na Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000 que:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Enfim, o que impede que o Estado consiga administrar as cidades de maneira justa, igualitária e que se amenizem as desigualdades e os principais problemas que fazem parte da sociedade? O Estado é segregador? Quais interesses movem os gestores públicos?

Ao nos depararmos com esses questionamentos, podemos ao menos refletir e afirmar que o Estado capitalista, funciona na medida em que a produção e reprodução capitalista se

realizam. Os problemas que englobam a questão do Estado e as políticas públicas estão nos seus interesses e nas suas representações.

3.2 CRESCIMENTO IMOBILIÁRIO E O ESTADO

O Parque do Sol, dentro da ótica capitalista, pode ser definido como um novo espaço para reprodução do capital. Os projetos imobiliários surgem em locais que aparecem como “emergentes” para reprodução e realização do capital, no sentido em que muitas pessoas percebem, naquele lugar, uma nova oportunidade de vida.

Muitas pessoas ali estão, por acreditar que lá é um local que dentro das suas condições financeiras, poderão realizar o sonho da moradia própria. Um fator que trouxe crescimento imobiliário aquela região, pode ser percebido ao relacionar o que ocorre ao entorno do Parque do Sol.

Os bairros do Valentina de Figueiredo, Mangabeira e Ernesto Geisel que são os grandes bairros que “cercam” o Parque do Sol, vivem um momento de valorização dos seus imóveis. Os bairros citados, por disporem de equipamentos de infraestrutura e serviços básicos com “um pouco” mais qualidade, atrai a população valorizando o preço do imóvel nesses lugares.

Essa valorização dos bairros ao entorno do Parque do Sol, traz consequências e o mercado imobiliário vê a possibilidade de realizar-se, através da expulsão de pessoas nos bairros que redefiniram as condições de vida da população.

Através de observação da paisagem e de informações das imobiliárias locais, passamos a perceber que o Parque Do Sol tem o seu espaço reservado para pequenos produtores do espaço, ou seja, os pequenos construtores. Esses construtores lá estão, por não conseguirem furar uma hegemonia das grandes empresas, que estão instaladas nas áreas nobres. Restam assim aos pequenos produtores do espaço as áreas “emergentes” que estão surgindo.

Os pequenos produtores do espaço passam a comprar terras para realizar suas edificações. Os programas sociais de assistência à moradia tem papel importante na realização desses empreendimentos, é o Estado trabalhando diretamente na realização do capital imobiliário. São as contradições da lógica capitalista de produção, onde o Estado favorece ao investimento do mercado imobiliário, inclusive oferecendo subsídios. A contradição nesse

caso aparece notoriamente, pois, o Estado não constrói as moradias populares naquele lugar, mas oferece incentivos ao capital imobiliário.

O que ajuda a entender essa questão é que, no governo Lula (2003-2010), a principal política para a habitação foi o Programa Minha Casa Minha Vida, lançada no ano de 2009 e que tinha como objetivo realizar o sonho da casa Própria de milhões de brasileiros. Foi à possibilidade de tornar a moradia acessível a uma boa parcela da população.

Nesse sentido, inicia-se uma forte interação Estado/Empresa, na realização de empreendimentos imobiliários, onde o Estado agora trabalha como um facilitador para as empresas e seus empreendimentos.

O Estado argumenta que com o crescimento imobiliário, ou seja, crescimento das construções das moradias como mercadoria acarretaria na melhoria da economia do país, que passariam assim a gerar o emprego e renda para população. Abaixo veja as obras das pequenas imobiliárias que seguem fortes no Parque do Sol.

Figura 4: Início da Construção de Prédio no Loteamento



Foto: Harisson Benício (2018)

Figura 5: Construção a todo vapor



Foto: Harisson Benício (2018)

A Morfologia do espaço foi modificada através da Moradia. No Parque do Sol, vamos perceber através de imagens históricas de satélite o quanto o lugar modificou-se em pouco mais de 10 anos.

Figura 6: Imagem de Satélite do Parque do Sol em 2005



Foto: Google Earth (2018). Org. Harisson Benício

Figura 7: Imagem de Satélite do Parque do Sol em 2017



Foto: Google Earth (2018). Org. Harisson Benício

Como pode ser visto a morfologia do se modificou, aquele espaço “vazio” deu lugar a novas construções, o que faz com que reflita-se e seja notada que a lógica do capital não deixará espaços vazios na cidade. Segundo dados da PMJP, os “lotes vazios” quase todos já foram adquiridos por pessoas Físicas ou Jurídicas. Podemos então afirmar que esses lotes vazios são frutos da especulação imobiliária. É o capital imobiliário esperando seu momento ideal, para obter lucros maiores com a venda dos lotes adquiridos.

A espera do “momento ideal” para o capital imobiliário acaba deixando espaços vazios. Prova-se então que estão deixando os terrenos sem cumprir a sua função social. A Constituição Brasileira afirma que: Todos detém o direito a moradia digna e propriedades devem cumprir sua função social, é o que assegura o Art. 6º e o Art. 170 da Constituição Federal de 1988.

É notório através de análise de mapas e de imagens áreas, a evolução imobiliária no bairro. Mas, fica também exposto a quantidade de terrenos vazios no lugar. Através dessa afirmativa e do que foi exposto devemos pensar então: Porque tantos espaços vazios em áreas que segundo levantamentos de informações, possuem donos? Porque o Estado, não cumpre o que diz a sua própria constituição federal?

3.3 ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Uma das questões a ser debatida sobre o crescimento imobiliário está na especulação imobiliária. No Loteamento Parque do Sol essa questão fica bem evidente. Ao iniciarmos esse tópico, devemos nos questionar da seguinte forma: Por que o lugar ao longo dos últimos 20 anos, vem se deparando de maneira forte com esses processos?

A Especulação imobiliária consiste na formação de estoques de bens imóveis na expectativa de que seu valor de mercado aumente futuramente, gerando lucros. Para tratar da especulação imobiliária, devemos entender que dentro da lógica do mercado é uma dinâmica que aposta na obtenção de maiores lucros no futuro, presumindo que haja uma elevação dos preços dos imóveis. Mas essa prática de espera não seria crime? Já que a mesma afronta com o que está disposto na constituição?

Um pequeno trecho da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, lei que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e que estabelece diretrizes gerais da política urbana, fala em seu Artigo 1º Parágrafo único que:

Artigo 1º. Na execução da política urbana, de que tratam os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta lei.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

No Artigo 2º Parágrafo- VI tratando o sobre o uso e ocupação do solo urbano o Estatuto afirma que:

Artigo 2º. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

VI — ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

- a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
- b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
- c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;
- d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;

- e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
- f) a deterioração das áreas urbanizadas;

Ao analisarmos já percebemos a contradição do Estado em permitir ações que estão fora da Lei. Dessa maneira entendemos que mesmo sendo uma prática para gerar lucro, lucro esse que se concentra na mão de poucos investidores, a prática da especulação imobiliária é muito danosa para a formação das cidades. Pois, ela aguarda o crescimento do local com a chegada dos serviços essenciais.

Esse movimento é o da espera do momento oportuno em que o “lugar” valorize esses terrenos vazios sem função social. Deixando dessa forma de construir espaços públicos que beneficiem a população que reside no lugar.

O Estado tem o papel preponderante na especulação imobiliária, pois, gera lucro através de suas ações, quando originam melhorias a região. Essa dinâmica socioespacial consiste da seguinte forma: O Estado trabalha produzindo e trazendo melhorias dos equipamentos e como consequência os especuladores lucram com essas melhorias. Em suma, todos os investimentos feitos pelo Poder Público, sobretudo nos casos das infraestruturas, contribuem para a valorização do terreno que não cumpre a função social.

Outra questão a ser pensada sobre a especulação imobiliária no Parque do Sol é que ela aumenta ainda mais a segregação de uma população que já é segregada. A mesma gera maiores distâncias a serem percorridas e traz aumento ao preço da terra, dificultando o acesso à moradia de determinadas classes sociais.

Podemos afirmar que o local, sofreu com a especulação imobiliária que ocorreu nos bairros vizinhos, pois, é notório que algumas necessidades sociais surgem exatamente pela expulsão da população dos bairros ao seu entorno. Por exemplo: As dificuldades de deslocamento da população principalmente os que dependem do transporte público. Essas pessoas sofrem com a distância entre habitação e emprego

Podemos afirmar então que o Estado ao permitir essas ações do mercado e do capital, prova-se a serviço do mesmo. Porém, o que pode regulamentar ou diminuir esses problemas é o Município através do IPTU progressivo, que permite ao município taxar aqueles imóveis que não estão cumprindo a sua função social.

O Plano Diretor da cidade de João Pessoa no seu capítulo IV diz o que o Poder Público pode exigir essa sobretaxa, abaixo veja o que fala o capítulo IV, artigo 48 do Plano Diretor de João Pessoa:

Capítulo IV - Do Imposto Territorial Progressivo e do Parcelamento ou Edificação Compulsórios

Seção I - Do Imposto Predial e Territorial Progressivo

Art. 48. O Poder Executivo poderá exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado, ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de aplicação sucessiva, dos seguintes institutos:

- I** - parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- II** - Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU progressivo no tempo;
- III** - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.

Dessa maneira, podemos pensar que a organização do lugar se depara com a lógica de reprodução do capital, que visa sempre os seus interesses particulares e o lucro. As contradições aprofundam-se, porque o Estado não se faz como agente regulador e sim como agente que faz parte da dialética do capital.

A “valorização do espaço” é fruto da realização da propriedade privada, ou seja, da realização do capital financeiro imobiliário que se estabelece através dos pequenos produtores do espaço. É notório que o crescimento imobiliário, acompanhado também pela especulação imobiliária e a espera do que defino como “tempo ideal” se impõe no local e redefine a dinâmica socioespacial do lugar.

Figura 8: Capital imobiliário no lugar



Foto: Harisson Benício (2018)

4. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO LUGAR

A (re)produção da cidade, segue a ótica do arcabouço capitalista que está na raiz da sociedade, sendo este o principal responsável pelas disparidades que a assolam. O Estado que junto ao mercado e o setor imobiliário, são os produtores hegemônicos do espaço. Podemos assim afirmar que esses agentes são os principais responsáveis pelo acesso à moradia ou ao solo urbano.

O processo de produção do espaço urbano se baseia nas articulações dos agentes produtores do espaço que é o capital financeiro e o Estado. Onde ambos possuem os seus conflitos e jogos de interesse. Pensar a segregação socioespacial nos faz também refletir sobre a propriedade privada da terra, a moradia e os problemas urbanos.

Como citado em tópicos anteriores o direito à moradia está na nossa Constituição, mas desde meados do século XX, o direito à moradia passou a ser considerado um direito fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Desse modo é de total responsabilidade pensar um direito tão importante para sociedade.

O Estado como mediador da reprodução da lógica capitalista global, não assegura o direito à moradia principalmente nos países subdesenvolvidos. Souza afirma que: A moradia é um direito historicamente aprimorado, visto que sempre se teve um instinto em relação a sua tamanha necessidade, mesmo que ainda não fosse discutido a sua adequação digna para o completo desenvolvimento do ser humano. (Souza, 2004, p. 387).

O Estado quando “exerce esse direito à moradia”, normalmente o faz através das políticas habitacionais, efetiva essas ações de construção de conjuntos habitacionais, via de regra segregando-os, pois os colocam em áreas que não oferecem os serviços essenciais. Ou seja, constroem os conjuntos habitacionais afastados de áreas que possuem serviços de infraestrutura qualificados, segregando assim aquela população.

A população, na lógica do Estado, poderá ser segregada de dois modos. Uma delas ocorre através da produção de conjunto habitacionais, afastados das chamadas centralidades, sem oferecer nesses conjuntos os serviços essenciais básicos. A outra forma é quando as pessoas buscam as regiões periféricas por não possuírem condições de viver em áreas centrais mais valorizadas que dispõe dos serviços básicos de infraestrutura. É a chamada segregação

imposta, onde as pessoas vão para as favelas e ocupam espaços devido as suas condições financeiras.

A palavra segregação significa segundo o dicionário Michaelis: Afastar e isolar, por exemplo. Para Flávio Villaça, “segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes áreas, regiões ou conjuntos de bairros” (VILLAÇA, 2001, p.142).

A segregação socioespacial nos contextos urbanos envolve diferentes indivíduos, grupos sociais e diferentes espaços. De modo geral e abarcante, a segregação sócio-espacial acarreta nas cidades desigualdades que abrangem duas situações distintas: uma delas caracterizada por espaços urbanos formados por pessoas com alto poder financeiro e de mobilidade, produzindo a cidade dotada e organizada com infraestrutura. Na outra situação, estão os espaços urbanos constituídos por pessoas de baixo poder aquisitivo classe média baixa ou os (pobres e/ou miseráveis), os últimos com baixíssima condição financeira, habitando áreas que são carentes de equipamentos e serviços de infraestrutura.

O exemplo acima pode também ocorrer de duas outras formas, com as mesmas classes mencionadas também divididas através da segregação imposta ou auto segregação. A auto segregação é quando as pessoas buscam se afastar nos chamados condomínios fechados com pessoas de classe alta, afim de não viver com pessoas de rendas inferiores ao seu entorno. E a segregação imposta quando as pessoas são “obrigadas” a se afastar, através dos novos conjuntos ou em muito desses casos criando novas favelas em áreas afastadas.

Podemos afirmar que a economia política da cidade capitalista, através do Estado elitista deseja varrer os espaços pobres da visão dos ricos, os afastando para as favelas, ocupações, comunidades e bairros com pouca infraestrutura e assim, os prendendo a uma situação que se reorganiza repetidamente.

Sabemos que uma parcela da sociedade é sempre mobilizada porque não possui os meios para morar onde quer, mas onde pode. Nesse caso, resultante da sociedade capitalista em que vivemos. Harvey (2012) afirma que, “se a cidade é o lugar da reprodução do capital, elas são, também, o lugar da incidência da pobreza e exclusão”. É nesse contexto então que a lógica capitalista segrega a população e traz consequências na formação do lugar, que consequentemente vai trazer transtornos na vida urbana.

4.1 PROBLEMAS APRESENTADOS PELO PARQUE DO SOL

A atual sociedade é marcada pelas desigualdades sociais, crises financeiras e pelos processos conflitantes do capital. Logo, as contradições na sociedade capitalista são cada vez mais fortes. Essas contradições acarretam nos problemas da sociedade que vive essa lógica econômica e política que é o capitalismo.

Ao pesquisarmos sobre o Parque do Sol, percebemos vários problemas apresentados no lugar. Como todo bairro periférico, alguns problemas ficam ainda mais claros ao “vivermos” o local, onde se evidencia o processo desigual e excludente. A segregação vem como um problema ocasionado pelas desigualdades sociais.

Em imagens abaixo iremos mostrar problemas apresentados pelo bairro. Esses problemas foram percebidos através da observação da paisagem, sem precisar ter consultado nenhum morador do local.

Figura 9: Rua sem calçamento no Parque do Sol



Foto: Harisson Benício (2018)

Além do problema de Ruas sem calçamento, ocasionando problemas em dia de chuva, na figura 10, vamos ver o descaso com as paradas de ônibus.

As paradas de ônibus apresentam mato ao seu entorno, onde isso já é uma característica do lugar, veja abaixo:

Figura 10: Antigo ponto final do Parque do Sol



Foto: Harisson Benício (2018)

O capitalismo ao longo do seu processo de produção/reprodução do espaço construiu a segregação e as desigualdades. Sem as desigualdades sociais o capitalismo não teria como se realizar, ou seja, o sistema mantém os problemas, acentuando as disparidades socioeconômicas.

Os problemas apresentados pelo lugar são os mais diversos, a falta de infraestrutura urbana se apresenta de maneira notória no lugar. Serviços de saúde, escolas públicas, transporte urbano, saneamento básico, equipamentos de recreação são escassos. Alguns desses serviços foram bastante citados pela população, em conversas realizadas no loteamento.

A população urbana no geral depende dos serviços públicos de qualidade para poder viver a vida plena e alcançar melhor qualidade de vida. O Estado que nas suas obras publicitárias afirma que o seu objetivo é “cuidar bem das pessoas”, parece ter esquecido que pessoas residem no loteamento Parque do Sol.

Mas devemos ressaltar que existem “obras em andamento” no Parque do Sol, a obra para construção da UBS – Unidade Básica de Saúde com ordem de serviço assinada em 2013, parece ter começado e parado. O atraso da obra causa transtornos para população. Veja nas fotos abaixo, a foto da obra parada e o lixo na sua calçada:

Figura 11: Obra da UBS parada e lixo na calçada



Foto: Harisson Benício (2018)

Figura 12: Placa da obra sem data de início



Foto: Harisson Benício (2018)

A placa não mostra a data de início da obra, porém a mesma tem um Prazo de 180 dias. Em Setembro de 2017 em aula de campo constatei que a obra já tinha sido iniciada. À partir disso fui perguntar a moradores que residem vizinhos a obra quando aquela obra tinha sido iniciado e ai foi constatado que a ordem de serviço daquela UBS foi assinada a 4 anos atrás, ou seja, fica evidente o descaso do poder público com a população. É o Estado trabalhando através de sua omissão como agente segregador.

Há também outros espaços prometidos para implantação de equipamentos de lazer, porém são apenas promessas que jamais saíram do papel. Segundo relato de um ex-membro da associação de moradores do Parque do Sol, Srº XXX, os problemas de infraestrutura existem e muitas vezes a ordem de serviço é assinada, mas não são construídas absolutamente nada.

Quem habita em áreas segregadas, tem o seu direito à cidade negado todos os dias. É como se você pudesse até residir, mas não pudesse viver a vida plena na cidade. Através de conversas informais das mais variadas temáticas pude ouvir vários moradores sobre quais eram os maiores problemas apresentados pelo bairro.

Ao conversar com XXX² no dia 13 de abril de 2018, o morador que reside no Parque do Sol há 18 anos, relatou a quantidade de ruas que não são calçadas e a falta de saneamento básico em muitas delas, como um grande problema, principalmente nos dias de chuva. Porém, apesar disso ser um problema preocupante, em um grau hierárquico ele relata que as maiores dificuldades encontradas no bairro desde o início é a falta de segurança e a necessidade de transportes coletivos (públicos), situações essas que nunca foram resolvidas pelos órgãos competentes.

Ao buscarmos desvendar a questão do transporte público no Parque do Sol, já notamos o monopólio existente no local e na cidade, já que praticamente apenas uma família comanda quase toda frota da cidade. Procuramos informações através da SEMOB sobre as linhas I008, 120 e 7118 que são as linhas que atendem a região. Foi notado que a quantidade de transportes é insuficiente e de má qualidade, evidenciando que o monopólio detentor dos direitos do transporte público cobra uma taxa abusiva e oferece um péssimo serviço a população.

No Parque do Sol também surge como um problema a falta de equipamentos na área da educação. Creches e escolas públicas, atualmente estão sendo construídas. A escola é a primeira escola pública do loteamento, que esse ano já completa exatos 20 anos.

Veja nas fotos abaixo, a realização da obra:

Figura 13: Construção da Escola Municipal no Bairro



Foto: Harisson Benício (2018)

Figura 14: Parte lateral da escola que está sendo construída no loteamento



Foto: Harisson Benício (2018)

Outro debate que pode ser tratado é a falta de iluminação pública, que conseqüentemente gera a insegurança para a população. O serviço oferecido pela empresa Energisa cobra uma taxa de iluminação das ruas embutida na conta dos moradores. Essa taxa é paga, mas os moradores sentem bastante dificuldade em perceber esse benefício no loteamento.

Quando se trata de segurança, podemos salienta a quantidade de terrenos fruto da especulação imobiliária afetando a segurança da população, pois, há grande quantidade de terrenos baldios próximo aos pontos de ônibus. Veja na foto abaixo exemplo desses problemas:

Figura 15: Parada de ônibus escura e sem segurança



Foto: Harisson Benício (2018)

Em algumas áreas que eram terrenos baldios, ou áreas sem cumprir a função social fazem surgir favelas no Parque do Sol. Essas favelas ou ocupações irregulares ocorrem por diversos fatores, o principal dele a necessidade de um lugar para viver. O Parque do Sol nos

últimos anos começa a sentir esse processo de ocupações irregulares, fruto do crescimento urbano.

Quando um lugar cresce, a tendência de ocupações irregulares se constituem é ampla. Veja na figura 16 o início de uma das ocupações irregulares que vem surgindo no Loteamento. Na ocupação registrada na foto abaixo, segundo relatos de moradores próximos, a polícia uma semana retirou os invasores da propriedade que não estava cumprindo sua função social, porém, uma semana depois pessoas voltaram a invadir o local.

Figura 16: Ocupação irregular



Fonte: Harisson Benício (2018)

Os problemas do loteamento são os mais diversos. A associação do bairro atualmente está desativada devido à falta de um espaço físico e de pessoas que queiram reativa-lá e dentro de uma sociedade democrática esse instrumento de representação tem um papel importante na reivindicação dos problemas do lugar.

A associação de moradores através do seu representante poderia buscar cobrar do executivo a solução dos problemas mencionados acima. Porém, além da falta de

representantes que lutem pela melhoria do local, falta ainda “boa vontade” do poder público em solucionar problemas que são solucionáveis.

O que fica claro é o quanto a gestão da cidade deixa de oferecer uma boa estruturação à população. Há uma falta de planejamento e, além disso, o Estado cede à pressão do capital Imobiliário. Tiramos a conclusão que os problemas que surgem no Lugar surgem exatamente pela falta de empenho do Estado em não buscar efetivar as políticas públicas e diminuir as disparidades existentes na cidade.

Os serviços urbanos devem ter uma atenção especial, pois eles regem toda a dinâmica socioespacial do lugar. Onde o acesso a esses serviços determina uma mudança na vida cotidiana e sendo assim melhora a qualidade de vida da população.

5. AS PRÁTICAS COTIDIANAS NO LOTEAMENTO PARQUE DO SOL

Falar sobre as “práticas cotidianas” requer pensar que o espaço é produto social que se materializa através do trabalho e das práticas cotidianas, ou seja, o espaço é dialeticamente definido dentro de uma economia política que molda o espaço social. Para compreender o espaço vivido deve-se também refletir as dinâmicas socioespaciais que se estabeleceram e se estabelecem no lugar.

Tudo que hoje as pessoas fazem, os lugares onde andam, as ruas que frequentam fazem com que transmitam informações, essas informações estão atreladas às práticas cotidianas. Ao tratarmos sobre o cotidiano podemos relatar um pouco sobre o modo de vida da população e que o lugar se constitui através do vivido.

A formação do lugar está diretamente pautada nas relações sociais que se estabelecem no espaço geográfico através de atos cotidianos. O espaço pode ter diferentes características e as relações sociais que se estabelecem no lugar ocorre nesse caráter. Carlos (2007) fala que: “Lefebvre nos lembra que é na vida cotidiana que ganha forma e se constitui o conjunto das relações humanas e, cada ser humano num todo” (Carlos, 2007, p.83).

Pensar o lugar através das práticas cotidianas e das relações humanas pode ter abordagens diversas, mas no caso do Loteamento Parque do Sol podemos ressaltar que muitas pessoas estabeleceram e tem a realização da sua vida naquele lugar. Quando tratamos os processos constituintes do lugar, não podemos deixar de esquecer que o lugar é resultado de

uma dinâmica social que se estabeleceu, através do trabalho e do sistema econômico em que vivemos.

No espaço vivido analisado podemos também refletir que as relações sociais estão cada vez mais abaladas devidas, também, aos problemas que os bairros apresentam, como falta de segurança e de áreas de lazer. Sendo assim, famílias deixam de estabelecer as relações mais próximas com outras famílias ou vizinhos para privar-se em suas casas, alienando-se no mundo virtual. A sociedade vive momentos cada vez mais contraditórios, apresentado pelo sistema político e econômico que os rege.

A sociedade moderna tende a privar sua vida através dos novos meios de informação: TV e Internet. O resultado desse acesso a essas informações resultará cada vez mais em um processo de alienação que é resultante do processo de globalização que molda os pensamentos, ideias e culturas. Esse processo tem como consequência criar sociedades cada vez mais homogêneas, com as tendências dos padrões universais.

O espaço social pode ter diferentes faces. O Parque do Sol, ainda possui os resquícios do Rural. E desse modo, várias relações vão acontecer, baseadas em particularidades do passado. O espaço urbano embora muitas vezes materializado ou apropriado de maneira igual ele é vivido de uma forma diferente. Quando famílias compraram os seus lotes naquele lugar, apesar do lugar homogêneo (por ter apenas traços rurais até aquele momento), cada apropriação do lugar ocorreu de acordo com a sua dinâmica de vida e sua prática social.

Muitas pessoas foram residir naquele local pelas suas condições financeiras como já abordado quando falado sobre o crescimento imobiliário. Porém, famílias se constituíram naquele local, como o lugar da sua história de vida. Estabelecendo assim uma nova dinâmica socioespacial no lugar.

Questionamentos foram feitos no decorrer do trabalho para se compreender a formação do lugar, sabemos que com a moradia a vida urbana se concretiza mesmo parcialmente, ainda que o espaço seja segregado e faltem equipamentos básicos para realização da vida plena e das práticas socioespaciais no lugar.

Como já abarcado sobre as características do lugar e a falta de equipamentos de lazer, então como saber se a vida se realiza concretamente através dos atos cotidianos? Para respondermos essa questão, buscamos conversar com os moradores sobre o que seria essa realização da vida naquele lugar para eles. Entre os moradores foi unanimidade os problemas

de infraestrutura do loteamento, porém, parece como uma fala ensaiada de grande parte da população daquele local que ali foi a oportunidade que eles tiveram para realizar o sonho da moradia.

Mas será que a vida se constitui naquele lugar? Através das conversas realizadas com os moradores, pude perceber que muitas famílias, saem pela manhã e voltam apenas no turno da noite. Ou seja, o loteamento para muitos moradores é apenas um intermédio para o mundo fora daquele lugar, onde as pessoas voltam todos os dias apenas para dormir. Essa é uma realidade constante, pois segundo os moradores dá para habitar, mas viver o local e se realizar no lugar, ainda são pontos a serem discutidos.

Outros questionamentos sobre a vida cotidiana no lugar é a falta do poder público oferecer estrutura de lazer para as famílias. Desse modo a população deixa de se apropriar do espaço no sentido do lazer. Vale ressaltar que um pouco do lazer do bairro para algumas pessoas está no campo de futebol e nas igrejas dos mais variados dogmas.

Figura 17: Igreja São José



Foto: Harisson Benício (2018)

Figura 18: Campo de Futebol como área de lazer e grande quantidade Prédios ao fundo



Foto: Harisson Benício (2018)

Os locais mostrados acima, são locais que são áreas de lazer para muitas pessoas do bairro, no fim de semana o campo é local de campeonatos e a igreja tem seus atos religiosos todo fim de semana. Porém pessoas que frequentam esses locais sentem falta de outros lazers e questionam as promessas feitas pelos agentes políticos no lugar.

Um questionamento feito pelos moradores é a falta do compromisso de políticos que em tempos de eleição, fazem promessas e em alguns casos até ordens de serviços chegam a ser assinadas. Segundo a moradora XXX³ que é membro da Igreja São José, existe terrenos que foram deixados para construção da praça do local, porém a PMJP, prometeu há 5 anos a obra, e o terreno segue como terreno baldio.

É notório que o Estado interfere nas ações cotidianas, direcionando ou não recursos para o processo de melhorias estruturais do lugar. Sabemos que muitas vezes o Estado busca estruturar o lugar para favorecer os interesses particulares do capital, mas parece que não é de interesse no momento estruturar o bairro, são as contradições da lógica do capital onde o Estado só funciona quando pretende beneficiar o capital imobiliário no processo de produção/reprodução do espaço. Sobre essas contradições, Carlos 2007 afirma que:

Á contradição entre a reprodução do espaço (que tende a se concretizar sob os interesses e necessidades da reprodução do capital e sob o poder do Estado) e a reprodução da vida (que diz respeito ao conjunto das necessidades da sociedade e que tem como objetivo a construção do humano). Nesse processo, gesta-se hoje novas relações sociais que produzem ou são produtos de um novo cotidiano. (Carlos, 2007, p. 41).

Ao analisar o espaço vivido e suas contradições, compreendemos que o cotidiano da vida das pessoas nesse modelo político e econômico que a sociedade vive faz refletir sobre o espaço-tempo e a dinâmica da vida plena no bairro. O lugar pode ser considerado um sistema dinâmico, onde a vida e os processos que nelas se constituem vivem em intensa interação. O loteamento deve ser entendido como sendo o lócus de intensas modificações do espaço, a partir das experiências e trabalho do homem para produzir e reproduzir o meio. E nesse contexto a vida cotidiana ou as relações cotidianas modificam o espaço a todo o momento.

Sabemos que esses movimentos do cotidiano interagem de maneira conjunta com isso se faz de extrema importância ouvir e debater a vida cotidiana na transformação do lugar e analisar sua prática nas relações sociais. Lefebvre afirma que: "a análise da vida cotidiana envolve concepções e apreciações na escala da experiência social em geral" (H. Lefebvre 1971, p. 28). A vida social se organiza e transforma o espaço de duas formas no ato cotidiano: A primeira através dos atos planejados, onde existem as ações condicionadas, estes ocorrem através de planejamento ou atos pensados e a segunda pode se dizer que é a mudança do espaço de maneira espontânea, onde manifestações ocorrem sem que planejem.

Quando as relações sociais acontecem nas ruas, podemos afirmar então que é um processo de produção do espaço, podemos aqui ressaltar também que o bairro não se constitui apenas com problemas, no decorrer do tempo o loteamento se desenvolveu muito, hoje há ruas saneadas, calçadas e uma avenida principal asfaltada, farmácias, padarias, supermercados, lanchonetes e outros estabelecimentos comerciais.

O lugar é fruto da concretização da vida e o capital se realiza através do trabalho social, da abertura dos pequenos comércios que já se mostram em processo ascendente no lugar, principalmente na chamada Rua do Jarro.

Veja abaixo nas figuras 19 e 20 registros da rua do jarro e a concretização de espaços comerciais no lugar.

Figura 19: Estabelecimentos comerciais na Rua do Jarro



Foto: Harisson Benício (2018)

Nos pequenos espaços comerciais o capital se realiza, os pequenos comércios são também a realização do capital que influenciam nas práticas do cotidiano, ou seja, o espaço através do trabalho e do capital molda e influencia no espaço vivido.

Desse modo, as ações do vivido vão se adaptando ao processo de produção e reprodução do espaço na lógica capitalista. Onde o capitalismo cria cada vez mais padrões na sociedade contemporânea, apropriando-se do ritmo de vida e modelando o espaço de acordo com as suas indigências. Por fim, concluímos que são nos atos cotidianos que a vida se constitui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação e transformação do espaço é um tema que sempre foi debatido nos estudos geográficos sobre a cidade. Para se compreender a história do lugar e a sua formação territorial, devemos sempre pensar as relações sociais que se estabeleceram no lugar e as dinâmicas provenientes das contradições do modelo político econômico que vivemos.

A cidade nos faz refletir a relação espaço-tempo, onde o espaço social foi se modificando com cada vez mais velocidade. A cidade pode ser definida como o lugar onde acontecem as grandes relações sociais. É o lugar das lutas sociais e dos conflitos de interesses. A cidade é o lugar onde a população se sujeita as contradições em que o sistema capitalista de produção impõe.

Com base no que foi discutido, o presente trabalho buscou evidenciar a formação do Loteamento Parque do Sol e as contradições do modo capitalista de produção, acoplado as ações de Estado, que funciona como um agente produtor do espaço. Fica claro no atual trabalho que o Estado trabalha muito mais como agente segregador do que como agente regulador. O Estado não trabalha para desarticular os interesses do capital. Está claro no decorrer do presente estudo que a Constituição Brasileira é rasgada e as leis urbanas descumpridas.

É evidente nas assertivas do atual trabalho que o processo de produção/reprodução do Parque do Sol se baseou nas articulações do capital através de seus interesses; Interesses esses que regem as ações do Estado no lugar. Os movimentos do capital tem semelhança na grande parte das cidades do Nordeste do País, que ao longo de sua história trouxe relações conflitantes entre o capital e o trabalho. Onde são essas relações conflitantes que moldaram a formação espacial das cidades ao longo do tempo.

As ações do capital visam a apropriação dos lugares, de modo que a população se torne segregada e que as desigualdades sejam cada vez mais acentuadas. Essas questões são exemplos exatamente de como o loteamento Parque do Sol se estabeleceu. As ações do capital transformou o lugar de uma área rural, para urbana e provocou no lugar novas relações sociais. Junto a esse processo desigualdades sociais e a segregação caminharam lado a lado.

Mas, o espaço não se constituiu apenas de problemas, pessoas se realizam naquele local. Enxergaram no lugar a realização de sonhos e supriu parcialmente algumas necessidades. Por exemplo, a oportunidade da casa própria, que significa a realização parcial da vida. Concluo como realização parcial, pois, para manter a moradia a pessoa necessita do trabalho, da renda e de equipamentos que possam proporcionar a realização total da vida plena na cidade.

As pessoas se realizam através de atos que melhorem a vida concretamente e ofereçam seu bem estar social. O planejamento e a gestão da cidade pode ter papel importante se buscar seguir as diretrizes do Plano Diretor e regular as ações do capital. A urbanização da cidade passa a ser um processo complexo, onde há necessidade da implantação de infraestrutura básica e a garantia dos serviços essenciais pelo Estado. Além disso, a população junto às organizações sociais tem papel preponderante na participação popular no sentido de fiscalizar e cobrar as ações do Estado junto à população.

Por fim, concluímos afirmando que é na reprodução da vida humana que as relações socioespaciais se constituem. O Estado pode transformar a formação do lugar e modificar a realidade de vida das pessoas, através da execução das políticas públicas que melhorem o lugar. Essas políticas devem ser um instrumento utilizado para contribuir, para assegurar o direito à cidade e a realização da vida plena, diminuindo as disparidades sociais que o atual sistema econômico produz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades brasileiras: Seu controle ou o caos.** 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço urbano.** São Paulo: EDUSP, 1994.

_____, Diferenciação socioespacial. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007.

_____, **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007.

_____, Sobre a gestão democrática da cidade: questões para o debate. **GeoTextos**, v. 6, n. 1, 2010.

CENSO, I. B. G. E. Disponível em: < <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. **Acesso em**, 20 (04), 2018.

CONSTITUIÇÃO, BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal**, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1995.

_____, **A rede urbana.** São Paulo: Ática, 1989.

DAS CIDADES, ESTATUTO. Lei nº 10.257 de 10 de Julho de 2001. **Presidência da República-Brasil**, 2001.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo: Ed. USP, 1997.

HARVEY, D. **Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution.** Londres: Verso, 2012. (Traduzido)

HUMANOS, Declaração Universal Dos Direitos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. **Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: www.direitoshumanos.usp.br**, 2012.

MARX, Karl. **O capital, crítica da economia política**, Livro I, Vol. I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Diretrizes gerais do plano nacional de desenvolvimento.** Belo Horizonte: Gráfica Santa Maria, 1955.

LÉFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

_____, **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ed. Ática, 1980.

_____, **Du rural à l'urbain**, Paris, Ed anthropos, 1970. (Traduzido)

_____, **O direito à cidade**. 5. ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

_____, **La production de l'espace**, Paris, Ed anthropos, 1974. (Traduzido)

MAIA, Doralice Sátyro. "**Habitação popular e o processo de periferização e de fragmentação urbana: uma análise sobre as cidades de João Pessoa-PB e Campina Grande-PB.**" *Geosul* 29.58 (2014): 89-114.

_____, **Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa-PB**. 2000. Tese de Doutorado.

MARICATO, Ermínia. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Otilia Arantes (org). 2ª. Edição. Petrópolis. Vozes, 2000.

NEGRÃO, Ana Gomes. **Processo de produção e reprodução da cidade: um estudo sobre os estágios evolutivos ao longo dos espaços estruturados pelo Corredor da Avenida Dom Pedro II, na cidade de João Pessoa-PB.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, 2012.

PESSOA, JOÃO. Prefeitura. **Plano Diretor da cidade de João Pessoa. Lei Complementar**, n. 3, 2009.

RANDOLPH, Rainer. "**A dialética entre o próximo e o distante: reflexões acerca da cidade e do urbano contemporâneos**", In X ENCONTRO ANUAL DA ANPUR, Belo Horizonte, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____, **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____, **A Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____, **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987. p.69- p.142

SILVA, Regina Celly Nogueira. As singularidades do bairro na realização da cidade. **Geografares**, n. 1, 2000.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de. **Direito à Moradia e de Habitação: Análise Comparativa e suas Implicações Teóricas e Práticas com os Direitos da Personalidade**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP: Lincoln Institute, 2001.